

TV Educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses

Ivonete da Silva Lopes¹

Resumo:

Este artigo busca refletir sobre a forma como foram distribuídas as concessões da televisão educativa em Santa Catarina (SC) depois da mudança ocorrida, na década de 1990, na legislação que regula a radiodifusão brasileira. Analisa os grupos concessionários e as diferenças entre essas emissoras.

Palavras-chave: TV Educativa, Santa Catarina, concessão.

Resumen:

Este artículo hace una reflexión sobre la forma como ocurrió la distribución de las concesiones de televisión educativa en el estado de Santa Catarina, después del cambio registrado en la década de 1990, en la legislación que rege la radiodifusión brasileña. Un análisis evidencia los grupos concesionarios y las diferencias entre esas emisoras.

Palabras Llave: Televisión educativa, Santa Catarina, concesión

Abstract:

This article aims to describe how the concessions of educative television in Santa Catarina were distributed after the change occurred in the legislation regulating the Brazilian broadcasting in the 1990s. This also analyzes the groups concessionaires and the differences between these televisions.

Keywords: Educative Television, Santa Catarina, concession

1 Introdução

No presente artigo vamos descrever o perfil das televisões educativas (TVEs) localizadas no Estado de Santa Catarina. Essas emissoras são concedidas sem licitação, fato esse que nos leva a levantar a hipótese de que, para a obtenção de uma emissora educativa, é preciso ter capital social (Cf. Bourdieu *apud* Nogueira e Catani)². As alterações feitas na legislação no final da década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), aumentou o número de TVs Educativas em todo o Brasil, a maioria delas distribuídas a grupos políticos e religiosos.³

Os primeiros decretos das décadas de 1960 e 1970 que regulavam o funcionamento das TVs educativas não permitiam que essas emissoras pudessem gerar programação local. A

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação do professor Dr Marildo José Nercolini. Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford. Email: netelopes@hotmail.com.

² Capital social é o conjunto ou rede de relações sociais (que inclui amigos, contatos profissionais, contatos políticos, entre outros) que um indivíduo tem ou mantém.

³ Conforme Folha de S. Paulo, de 18 de junho de 2006 e Costa e Brenner, 1997, p.36.

inserção de conteúdo local foi autorizada por meio do decreto 1.720/1995, que permitiu a inclusão de até 15% de programas próprios. Os 85% restantes da programação eram retransmissões das TV Cultura de São Paulo e TV Educativa do Rio de Janeiro. No final da década de 1990, entretanto, foram feitas novas mudanças na legislação que regula a radiodifusão brasileira. O decreto 3.541/1998 permitiu que as retransmissoras da TV Cultura de São Paulo e TV Educativa do Rio de Janeiro pudessem gerar até 100% de programação local. A nova medida aumentou sobremaneira o interesse pelas TVs educativas por parte de políticos, religiosos, entre outros grupos sociais.

Com essa alteração na regulamentação, associada a uma política governamental de promover aceleradamente a distribuição das outorgas, o mapa de distribuição das TVEs sofreu profunda transformação, bem como surgiram “novos” interessados em ser concessionários das mesmas. O número de emissoras, entre 1997 e 2007, teve aumento de 735% no Brasil. Se nas três primeiras décadas de televisão educativa, ou seja, entre 1967 até 1997, existiram apenas 20 emissoras em todo o território nacional, no final de 2007 já eram 167 (Cf. Folha de S. Paulo, de 18 de junho de 2006). Em Santa Catarina o crescimento acompanhou a expansão nacional, nesse estado houve um aumento de 800% do número das TVEs. Até 1994 havia apenas uma TV educativa, a TV Cultura Santa Catarina, e em 2007 já eram nove.

No artigo será apresentado parte da pesquisa sobre o perfil das televisões educativas (TVEs), localizadas em Santa Catarina, com ênfase no grupo social que recebeu a concessão. Percebemos quatro diferentes grupos que administram as nove emissoras, são eles: Educacional, Político, Empresarial e Religioso. Antes de apresentarmos as características das emissoras faremos um breve histórico da televisão educativa no Brasil.

2 O surgimento da TV Educativa

A televisão educativa foi implantada durante o regime ditatorial militar, período no qual houve grande investimento na infra-estrutura das telecomunicações; organização do setor com a criação do Ministério das Comunicações, da Radiobrás e Telebrás; barateamento do custo do aparelho receptor – tornando possível a um maior número de brasileiros terem acesso a esse meio. Época também que a educação, em termos governamentais, passou a ser vista como fundamental para o desenvolvimento do país e como consequência natural para melhorar a distribuição de renda entre os brasileiros. Nesse contexto desenvolvimentista entra no ar em 1967 a primeira emissora educativa do Brasil, a TV Universitária de Pernambuco, vinculada ao Ministério da Educação.

O interesse dos militares pela comunicação ficou explícito com a implantação de medidas para a organização e a exploração do sistema, ratificando a concentração da distribuição das outorgas à União e a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, pelo então presidente-general Humberto Alencar Castello Branco. No mesmo ano, por meio do Decreto-lei 236, que complementa e modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações, impondo regras à liberdade de expressão⁴, estabelece no artigo 13 a criação da televisão educativa. À emissora cabia a divulgação de programas educacionais⁵, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates; não podia veicular publicidade, e poderiam executar os serviços de radiodifusão educativa a União, os Estados, os municípios, as universidades brasileiras e as fundações constituídas no Brasil. O decreto ainda mencionava que as universidades e as fundações deveriam comprovar que possuíam recursos próprios para o empreendimento e que a União não precisava publicar editais para as outorgas dessas estações.

A implantação da TVE ocorreu no período de expansão da televisão comercial. Além do investimento do regime autoritário na infra-estrutura das comunicações, outros fatores são citados por Muniz Sodré (1984) como condicionantes para o aumento da demanda da programação televisiva, entre eles: a industrialização brasileira; o aumento dos níveis de renda e o conseqüente surgimento de novas camadas de consumidores; a urbanização e modernização das cidades; e a queda no preço dos aparelhos receptores – com a nacionalização da produção. Outro fator preponderante é que neste mesmo período o regime ditatorial expandiu o ensino superior. “O programa estratégico de Desenvolvimento (1968/70), tido como o mais avançado em programação educacional, previa um enorme

⁴ Decreto-lei nº236 de 1967, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>, entre as mudanças impostas pela modificação do CBT, vide o artigo Art. 53. Segundo este “A definição de abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país, inclusive: a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais; b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional; c) ultrajar a honra nacional; d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social; e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião; f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública; g) comprometer as relações internacionais do País; h) ofender a moral familiar pública, ou os bons costumes; i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros; j) veicular notícias falsas, com perigo para ordem pública, econômica e social; l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas”.

⁵ Desde a primeira legislação brasileira com o Decreto-Lei nº 20.047 de 1931, fica instituída a educação como princípio da radiodifusão, denominada à época de radiocomunicações. A finalidade educativa também foi inserida no Código Brasileiro de Telecomunicações, “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinados às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País”. Na Constituição de 1988, no artigo 221, estabelece que a programação atenderão aos princípios educativos, culturais, artísticas e informativas.

elenco de medidas destinadas a elevar a produtividade do sistema de ensino em geral” (SODRÉ, 1984, p.108)

Nesse cenário de urbanização, industrialização e da educação tida como um valor para a modernização por meio da qual acreditavam ser possível melhorar a distribuição de renda entre os brasileiros, foi implantada a primeira emissora de televisão educativa, a TV Universitária de Pernambuco – vinculada ao Ministério da Educação. Até a metade da década de 1970 foram implantadas mais oito emissoras, das quais duas também ficaram ligadas ao MEC: a TVE do Rio de Janeiro e a TVE do Rio Grande do Norte. As TVE do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo ficaram vinculadas aos seus respectivos estados. Essas emissoras foram muito importantes para divulgar a política educacional dos governos militares, bem como a sua ideologia. Segundo Pieranti:

Em 1971, as emissoras educativas, segundo dados oficiais, atingiam 94% da população brasileira. No ano seguinte, o Ministério da Educação reforçou a importância das emissoras ao criar o Programa Nacional de Teleeducação (Prontel), ao qual caberia coordenar as atividades de educação televisiva no país. Seriam essas emissoras as responsáveis por difundir a política educacional dos governos militares e por divulgar, na prática, o ideário do regime (PIERANTI, 2007, p.64).

Alexandre Fradkin (2008) problematiza o surgimento da televisão educativa por ter ocorrido sem planejamento e sem uma política pública setorial da União. Algumas foram implantadas por interesses políticos e poucas com objetivos definidos. Vale enfatizar que a legislação permitia, desde o início, que essas emissoras fossem mantidas pelo governo federal, estados, municípios e por instituições privadas sem fins lucrativos. No entanto, as primeiras emissoras eram públicas e atuavam independentemente, sem integrar uma rede ou sistema educativo de televisão.

Em 1978 houve uma tentativa de criação de uma rede de transmissão de programas educativos, em encontro promovido pela iniciativa da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e do Prontel. “A tentativa não vingou, servindo apenas para a formação de uma “redinha” para a transmissão de jogos da Copa do Mundo de 1978, na Argentina, em virtude da TV Cultura de São Paulo deter os direitos para aquela transmissão” (FRADKI, 2008, p.57).

No ano seguinte, com a substituição do Prontel pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), finalmente se conseguiu organizar as emissoras no Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinted). A sua regulamentação veio apenas em 1982, por meio da portaria MEC/Minicom nº 162. O intuito naquela época era fazer com que todas as emissoras

educativas trabalhassem integradas com a veiculação de programas uma das outras, sugestão para que tivessem uma postura diferente em relação às emissoras comerciais, que retransmitiam em todo o país programas das cabeças-de-rede do eixo Rio-São Paulo.

A proposta de descentralização ou intercâmbio da programação não teve muito sucesso. Acabamos tendo duas redes de televisão educativa: a TV Cultura de São Paulo - mantida pela Fundação Padre Anchieta, entidade ligada ao governo daquele estado, e a TVE do Rio de Janeiro – mantida pela Fundação Roquete Pinto (antiga Funtevê) e vinculada ao governo federal⁶. “As duas emissoras sempre trilharam caminhos paralelos, buscando atingir a liderança entre as televisões educativas do país. Foi assim que, nos últimos 15 anos, formaram as suas próprias redes, abastecendo com a sua programação as estações congêneres de todos os estados” (PRIOLLI, 1999).

Com duas redes educativas, cada emissora era obrigada a fazer a opção por uma dessas duas cabeças-de-rede. As muitas restrições para os canais educativos em relação à programação e, principalmente, para viabilizar a manutenção financeira das emissoras, fizeram com que a Rede Educativa permanecesse com abrangência bastante restrita até metade da década de 90. Segundo César Bolaño (2007), o fracasso do Sistema Educativo e das emissoras locais ocorreu essencialmente devido ao fato de operarem como retransmissoras da TV Cultura e da TVE e também por causa da proibição de publicidade, norma defendida pelos concessionários das emissoras comerciais.

3 TVs Educativas do Estado de Santa Catarina

No ano de 1980 o governo federal já tinha outorgada uma licença para um canal educativo para Florianópolis, capital catarinense. O Instituto de Educação tentou, sem sucesso, implantar uma emissora. Em 1992, o então presidente da TELESC (Telecomunicações de Santa Catarina), Douglas de Macedo Mesquita, instalou a TV Caracol, a primeira tevê educativa deste Estado.

Mesquita era presidente da Telesc na época, comprou equipamento, construiu prédio, mas não conseguiu deixar a TV no ar. Foi acusado de montar a TV Caracol com verbas da Telesc. As outras TVs comerciais da cidade denunciaram o uso comercial que Mesquita foi fazendo de um canal educativo. Finalizou assim a primeira etapa de instalação de um canal educativo em Florianópolis, com duas experiências frustradas (MONTERO, 2004, p.73).

⁶ A TVE do Rio de Janeiro foi substituída em 2007 pela TV Brasil, criada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para gerir as emissoras públicas.

Depois de duas experiências fracassadas, os reitores das duas universidades públicas de Santa Catarina conseguiram a concessão da extinta TV Caracol. Em 1994 foi outorgada a permissão à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, entidade criada pelas Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) para gerir a estação. De 1994 até 1997 a emissora foi a única tevê educativa do Estado.

Depois de ampliadas as funções das TVEs, por meio do decreto 3.541/1998, o número de canais que *formalmente têm caráter educativo* aumentou para nove. Das oito novas emissoras, sete foram outorgadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A distribuição das concessões das TVs Educativas para Santa Catarina coincide com o período em que houve maior distribuição das outorgas dessas emissoras em todo o Brasil. Isso ocorreu durante os três anos em que o deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG)⁷ esteve à frente do Ministério das Comunicações, entre janeiro de 1999 e abril de 2002. Pelos cálculos do ex-ministro, foram autorizadas a operar, durante a sua gestão nesse ministério, cerca de cem TVs Educativas. Pelo menos vinte e três delas foram concedidas a políticos. Pimenta da Veiga (PSDB-MG) privilegiou o seu estado, Minas Gerais, ao distribuir as concessões. Segundo Venício Lima, “a maioria dos casos [de concessão de TVs] detectados pela Folha [de S. Paulo] está situada em Minas Gerais, base eleitoral de Pimenta da Veiga, mas há também em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Roraima e Mato Grosso do Sul” (LIMA, 2008, p.13).

No mesmo período, para Santa Catarina foram outorgadas sete concessões, e no governo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, uma para a UnisulTV. Conforme pode ser observado no quadro síntese abaixo, algumas fundações que obtiveram concessões para operar TVs educativas, conseguiram também concessões de estações de rádio. São exemplos dessa situação: a TV Panorama e a TV Brasil Esperança. No quadro abaixo não estamos considerando as licenças para a ampliação da cobertura das TVs, por meio de retransmissoras, e no caso da Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, mantenedora das TVEs de Itajaí e de Joinville, contabilizamos o total de concessões na cidade de Itajaí onde é a sede da fundação e da primeira emissora do grupo.

⁷ Pimenta da Veiga foi Coordenador da campanha do então senador José Serra (PSDB-SP) à presidência da República, em 2002.

Quadro síntese das TVs educativas do Estado de Santa Catarina

Emissora	Cidade/ Município	Vínculo/ grupo de identitário	Total de concessões de TV Rad		Programação Local/Total	Programação Terceirizada	Programação Cabeça-de-rede
TV Cultura SC	Florianópolis	Educativa Educativa	1	-	1h	-	TV Cultura e TV Brasil
Unisul TV	Tubarão	Educativa Educativa	1	-	6h	-	TV Cultura
FURB TV	Blumenau	Educativa Educativa	1	1	1h30m	-	Futura
*TV Criciúma	Criciúma	Político			11h	Sim	Cultura
TV Panorama	Balneário Camboriú	Político	1	1	3h30min	2h55min por dia	TV Cultura
TV Brasil Esperança	Itajaí	Religioso	2	1	12h	2h por dia	TVE, Senado, Escola e SESC TV
TV Brasil Esperança	Joinville	Religioso			12h	2h por dia	TVE, Senado, Escola e SESC TV
ARTV	Araranguá	Empresarial	1	-	2h30	-	TV Cultura
TV Bela Aliança	Rio do Sul	Empresarial	1	2	11	2h por semana	SESC TV

*Não conseguimos informações se esta Fundação possui outras concessões e sobre a quantidade de horas terceirizadas da programação.

Ao verificarmos o perfil de cada uma das TVs educativas existentes em Santa Catarina, percebemos que são muitas as diferenças no que se refere à programação das TVs educativas. Tal fato se deve principalmente ao tipo de grupo social que controla e, conseqüentemente, orienta a programação das emissoras. Ou seja, o vínculo institucional (grupo de pertencimento ou identitário) ao qual pertence o grupo que controla a emissora parece condicionar a programação dessas tevês. Vínculo este que caracterizamos (acima) de acordo com o grupo que criou a fundação para requerer a concessão de uma TVE.

Assim, classificamos as TVs educativas do Estado de Santa Catarina em quatro diferentes grupos, ou seja, construindo uma tipologia dessas TVs, uma vez que os integrantes de cada um desses blocos têm interesses bastante parecidos entre si no que diz respeito à programação, procedendo de forma semelhante no gerenciamento da emissora. De outro lado, tais grupos têm interesses diferentes quando comparado aos outros grupos ou blocos também existentes. Porém, esta classificação é mais didática do que uma divisão de grupos puros. Isto é, uma ou algumas características de um grupo pode estar presente em outro grupo, embora não sejam tais características predominantes. É a característica predominante que tipifica o grupo. Dessa forma elaboramos a seguinte tipologia das TVs educativas do Estado de Santa Catarina:

- 1) **TV Educativa Educacional**⁸ – A denominação deste grupo pode até parecer redundante, mas as TVEs podem ter na prática caráter diverso do seu objetivo, ou

⁸ Optamos pela denominação Educativa Educacional para distingui-lá da TV Universitária, modalidade de televisão já existente no cabo.

seja, caráter não apenas educacional ou cultural conforme estabelece a sua regulamentação. Neste grupo, as TVs educativas são caracterizadas de Educativas Educacionais porque estão vinculadas a universidades e buscam cumprir o que estabelece a sua regulamentação. Das atuais nove emissoras localizadas em Santa Catarina, três podem ser classificadas como Educativas Educacionais uma vez que estão ligadas a instituições de ensino superior e destinam a radiodifusão educativa exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural. Podemos ainda estabelecer uma divisão interna, fazendo uma subdivisão entre Educacional Pública e Educacional Privada. Na primeira subdivisão se enquadra a TV Cultura SC, a primeira TV educativa de Santa Catarina. Essa emissora foi outorgada em 1994 à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, entidade criada pelas Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) para gerir a estação. Na subdivisão Educacional Privada encontramos duas emissoras: a FURB TV, da Fundação da Universidade Regional de Blumenau (FURB), com sede no município de Blumenau, e a UnisulTV, mantida pela Fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina, localizada no município de Tubarão. Ambas tiveram permissão para operar em 1999 e 2003, respectivamente.

2) **TV Educativa Política** – O que nos permite caracterizá-las dessa maneira, isto é, tipificar esse grupo, é o fato de essas TVs serem controladas por políticos de carreira ou pessoas vinculadas a partidos políticos. Incluímos duas emissoras neste grupo. A primeira é a TV Panorama, que é mantida pela Fundação Rodesindo Pavan, com sede no município de Balneário Camboriú. Neste caso, o vínculo político fica explícito no site⁹ da TV, inclusive com a citação do partido político do ex-senador Leonel Pavan. A Fundação já tem garantida a outorga para instalação de uma rádio educativa na mesma cidade.¹⁰ A segunda emissora é a TV Criciúma, mantida pela Sociedade Educativa Criciúma de Televisão. Esta TV educativa tem como sócio Fábio Brizola, integrante da direção municipal do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Embora essa emissora possua permissão

⁹ A primeira emissora em canal aberto (11) da cidade é mantida pela Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, em homenagem ao pai, já falecido, do atual vice-governador do Estado de Santa Catarina, Leonel Pavan (PSDB) (<http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>)

¹⁰ Informação confirmada, em entrevista concedida à autora deste artigo, pelo tesoureiro da Fundação Rodesindo Pavan, Carlos Alberto Moretão, que também afirma terem solicitado ao Ministério das Comunicações autorização para instalar uma retransmissora na cidade de Itajaí.

apenas para retransmitir a programação educativa, ela também tem gerado conteúdo local.

3) **TV Educativa Empresarial** – Essa está vinculada a empreendedores; ou seja, as TVs educativas classificadas nesse grupo são geridas como empresas com fins lucrativos. Neste grupo incluímos duas emissoras educativas do Estado de Santa Catarina. A primeira delas é a RBA (Rede Bela Aliança), da Fundação Osny José Gonçalves, localizada em Rio do Sul. Além da TV educativa, conseguida em 2000, a organização da família Gonçalves mantém há 64 anos a terceira rádio mais antiga de Santa Catarina, a Mirador AM. Em 1979 esta família conseguiu também a concessão para a rádio 93 FM. A segunda emissora que incluímos no grupo empresarial localiza-se no município de Araranguá. É a ARTV – Ângelo Redivo TV, da Fundação que recebe o mesmo nome, que foi autorizada a operar em 2002. O idealizador da emissora, Ataides Redivo, resolveu empreender no setor da comunicação depois de trabalhar como cinegrafista numa empresa de filmagens de casamento.

4) **TV Educativa Religiosa** – Embora seus dirigentes também tenham buscado se eleger politicamente, o que define este grupo é o forte vínculo dos seus proprietários com a religião evangélica. Ou seja, o que caracteriza fortemente este grupo é a predominância do caráter religioso sobre o político e o educativo. Aqui podemos citar duas emissoras educativas: as TVs Brasil Esperança, localizadas nas cidades de Itajaí e de Joinville, ambas concedidas à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (FCEI), nos anos de 1999 e 2001, respectivamente. Essa fundação foi implantada pelos dirigentes do Centro Evangelístico Integrado, igreja de denominação neopentecostal. Além das duas emissoras, a fundação possui uma rádio educativa (103 FM – Itajaí) e possui permissão para implantar duas retransmissoras nos municípios de Jaraguá do Sul e Brusque. Nas eleições de 2004 (municipais) e 2006 (estaduais) os dirigentes FCEI concorreram, respectivamente, como candidatos a vereador e a deputado estadual pelo PTB.

Os grupos Político, Empresarial e Religioso assemelham-se, visto que todos eles terceirizam parte da programação; a exceção é a emissora ARTV de Araranguá, que produz os seus próprios programas e/ou retransmite os programas da TV Cultura de São Paulo. Os gestores desses três grupos apontam dificuldades para manutenção financeira das emissoras em virtude da legislação proibir a veiculação de publicidade, isso os levam a buscar

alternativas para administrá-las, como por exemplo, a venda de espaços na grade de programação e a oferta de serviços, como a produção de audiovisuais para diversas empresas. A terceirização não é adotada pelo grupo Educativo Educacional, seja ele privado ou público, por considerarem que os concessionários das TVEs devem arcar com parte do custo dessas emissoras, bem como por acreditarem que essas TVs devem ter caráter educativo e não visarem a lucros.¹¹

A visão de negócio pode ser percebida na quantidade de programação local inserida, pois como emissoras locais com cobertura em cidades de pequeno e médio porte, a programação da cidade ou região ajuda a conseguir e comercializar os apoios culturais. Enquanto no grupo Educativo Educacional a programação local diária varia de 1 a 6 horas, nos outros três grupos (Político, Empresarial e Religioso) encontramos duas estações que veiculam, diariamente, entre 2h30 e 3h30 de programas próprios, enquanto as quatro restantes ficam entre 10 e 12 horas de programação local inseridas diariamente.

Em relação à programação, os grupos Político, Religioso e Empresarial apresentam maior diversificação porque inserem mais programas locais e pela necessidade de garantir a manutenção financeira das emissoras. São veiculados desde cultos evangélicos a programas com fins estritamente comerciais, como venda de automóveis e do tipo “shop time”, coluna social e culinária. Também se verifica que o telejornalismo é priorizado. A emissora com menor tempo diário de telejornalismo é a TV Panorama, com 35 minutos, enquanto a média nos três grupos passa de 1 hora diária de telejornal. No grupo Educacional, a TV Cultura SC não tem jornalismo, enquanto a UnisulTV possui 1h30 e a FURB TV tem 30 minutos diários.

Sobre a retransmissão de cabeça-de-rede, não se percebe unidade entre as tevês educativas catarinenses. No grupo Educativo Educacional, a Furb TV retransmite o Canal Futura, a TV Cultura SC tem parceria com TV Brasil, enquanto a UnisulTV retransmite a TV Cultura de São Paulo. As duas estações religiosas dividem as 12 horas de retransmissão entre as TVs Senado, SESCTV, Escola e Brasil. No grupo Empresarial, a ARTV retransmite a TV Cultura e a RBA a SESCTV; no grupo Político: a TV Panorama e TV Criciúma retransmitem a TV Cultura.

No grupo Religioso, Político e Empresarial ou os concessionários possuem ou já solicitaram permissão para implantar outra emissora, seja como geradora em outra cidade seja como retransmissora para ampliar a área de cobertura da tevê educativa já existente. Vamos detalhar alguns aspectos, começando pelo grupo Educativo Religioso.

¹¹ Informações obtidas por meio de entrevista semi-estruturadas realizadas com os coordenadores das emissoras pela autora deste artigo.

A Fundação Cultural e Educacional de Itajaí possui um total de três emissoras educativas já implantadas: duas concessões de TVE para Itajaí e Joinville, além de uma rádio educativa também em Itajaí. O grupo já consta no plano básico da Anatel para instalar retransmissora nos municípios de Brusque e Jaraguá do Sul.

No grupo Educativo Empresarial o maior concessionário é a Rede Bela Aliança, que é mantida pela Fundação Osny José Gonçalves. A Fundação familiar tem concessão de uma rádio AM e outra FM, e é retransmissora da TVE em Mirim-Doce para melhor cobrir a região de Rio do Sul; a ARTV (Fundação Ângelo Redivo) já solicitou permissão para uma rádio educativa em Araranguá.

No grupo Educativo Político, a Fundação Rodesindo Pavan, mantenedora da TV Panorama, já conseguiu concessão para uma rádio educativa também para o município de Balneário Camboriú, e aguarda autorização para retransmitir a programação da TVE no município vizinho de Itajaí. No grupo Educativo Educacional, a UnisulTV e a TV Cultura SC possuem, por enquanto, apenas uma concessão, embora a primeira emissora já tenha solicitado uma rádio e uma retransmissora. A FURB TV é a única desse grupo que possui outra concessão, a de uma rádio educativa.

3. Considerações finais

O aumento no número de emissoras de televisão educativa (TVE) pode, de alguma forma, ter contribuído para a democratização da comunicação, principalmente, num cenário de concentração da televisão aberta e até dos meios impressos de comunicação. Em Santa Catarina, a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), afiliada da Rede Globo, controla todos os jornais de circulação estadual, bem como é hegemônica na transmissão televisiva. Em segundo lugar no ranking de liderança e audiência nesse Estado está a RIC (Rede Independência de Comunicação), que transmite a programação nacional da Rede Record. Esses dois grandes grupos de comunicação, RBS e Rede Record, estão instalados nas maiores cidades catarinenses, como por exemplo, Florianópolis e Joinville, não tendo cada um delas mais de cinco retransmissoras regionais. Ante a esse fato, os acontecimentos ocorridos e/ou a vida cotidiana nas pequenas cidades do Estado de Santa Catarina raramente apareciam nos noticiários televisivos, sendo destaque somente os casos de grandes tragédias ou fatos extraordinários – comportamento que começa a mudar com a instalação das TVEs nos municípios pequenos desse estado, uma vez que as emissoras educativas vêm se tornando importantes meios de informação e entretenimento para a população dessas regiões.

Um indicativo da possibilidade da democratização da comunicação por meio das TVs educativas pode ser constatado quando observa-se que um terço das TVs educativas do Estado de Santa Catarina são as únicas geradoras de programação nas suas cidades ou nas microrregiões onde estão localizadas. Como exemplo, podemos citar Tubarão, cidade de 90 mil habitantes, que, neste ano de 2008, por ocasião das eleições municipais, pela primeira vez transmitiu horário eleitoral gratuito local.

A proposta deste artigo, discussão inicial da pesquisa sobre as tevês educativas de Santa Catarina, foi descrever algumas características das TVEs de Santa Catarina visando a descoberta de pistas no sentido de verificar se a expansão das emissoras ou a diversificação da televisão aberta, por meio das TVEs, vem contribuindo para democratizar a comunicação catarinense.

A expansão do Sistema Educativo de Televisão a partir de 1998 indica que pode haver um processo de democratização da comunicação. Contudo, as mudanças que levaram à expansão das TVEs abriram brechas para a continuidade da velha prática política de utilização das concessões públicas para beneficiar grupos políticos e, agora, também religiosos. O que pode não viabilizar o processo de democratização dessas TVs.

Referências

BOLAÑO, C.R.S. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo.Ed. Paulus, 2007

BRASIL. Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1967. Complemente e modifica a Lei nº 4.117, de 28 de agosto de 1962. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>. Acesso em 22 jun.2008

CABRAL, O; LOBATO, E. **Governo deve criar 180 emissoras de TV.** Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv18072000.htm>. Acesso em 20 jan.2007

COSTA, S.; BRENER, J. **Coronelismo eletrônico: o governo de Fernando Henrique Cardoso e o novo capítulo de uma velha história.** Comunicação & Política. v IV, n.2, NS, p.29-53, maio-agosto 1997.

FRADKIN, A. CARMONA,B; MORAIS, F (org).. O desafio da Tv Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro. TVE RJ, 2008

LIMA, V. **As “brechas” legais do coronelismo eletrônico.** Revista Aurora (PUC-SP). Disponível em: http://www.pucsp.br/revistaaurora/download/venicio_a_lima.pdf. Acesso em: 02 abr.2008

LOBATO, E. **Governo Lula distribui Tvs e rádios educativas a políticos.** Folha de São Paulo, São Paulo, 2006. capa, p.A4 - A7

MONTERO, A.C.G. **Antena Pública: As possibilidades educativas da TV Cultura de SC.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, Florianópolis, 2004.

NOGUEIRA, M.A; CATANI, A. (Orgs.). **Pierre Bourdieu. Escritos em Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PIERANTI, O.P. **Políticas públicas para radiodifusão e imprensa.** Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007.

PRIOLLI, G. **TV Pública é o canal,** 1999. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv201199.htm>

SODRÉ, M. **O monopólio da fala; função e linguagem da televisão no Brasil.** Rio de Janeiro. Ed.Vozes, 1987. p.84-.114

TV PANORAMA. **Histórico.** Disponível no site da TV Panorama Disponível em:
(<http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>). Acesso em: 20 mai.2007